



SUMÁRIO

LEI MUNICIPAL Nº 001/2025.....	2
LEI MUNICIPAL Nº 002/2025.....	3
LEI MUNICIPAL Nº 003/2025.....	5
CHAMAMENTO PUBLICO 002/2025.....	12

PERIODICIDADE

Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

GLEYDSON RESENDE DA SILVA
Prefeito Municipal

ACERVO

Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no link <https://baraodegrajau.ma.gov.br/transparencia/diario-oficial>, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.





LEI MUNICIPAL Nº 001/2025

LEI MUNICIPAL Nº 001/2025

Barão de Grajaú - MA, 15 de julho de 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais; faço saber a todos os Municípios e a quem interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Barão de Grajaú, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, para prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Parágrafo único: Além das situações estabelecidas no caput, são usuários do CREAS as famílias e indivíduos em situação de violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

Art. 2º O CREAS se constitui numa unidade pública municipal de prestação de serviços especializados e continuados, que compõe a rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, possuindo interface com as demais políticas públicas.

Art. 3º Constituem serviços do CREAS:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

II - Serviço Especializado em Abordagem Social;

III - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

IV - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

V - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

VI - Serviço de prevenção e enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas.

§ 1º O CREAS deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar os outros serviços elencados no caput, conforme demanda.

§ 2º Ficam inclusos todos os serviços, programas e projetos vinculados à Proteção Social Especial - PSE no CREAS, que porventura venham a ser implantados e vinculados nacionalmente ao CREAS.

Art. 4º A estrutura funcional do CREAS, para compor a equipe mínima referenciada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, será constituída de:

a) Um (a) Coordenador (a);

b) Um (a) Assistente Social;

c) Um (a) Advogado (a);

d) Um(a) Psicólogo(a);

e) Dois profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários);

f) Um auxiliar administrativo.

Art. 5º O coordenador mencionado na alínea "a" do artigo anterior, terá, preferencialmente, formação em nível superior, com as seguintes atribuições:

I - Articular, acompanhar e avaliar a estrutura de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

II - Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho, a execução e o monitoramento de serviços, o registro de informações e a avaliação geral do CREAS;

III - Participar da elaboração, do acompanhamento, da implementação e da avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;

IV - Coordenar a relação entre CREAS e as unidades referenciadas no seu território de abrangência e com os CRAS e Serviços de Acolhimento;

V - Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos;

VI - Definir, com a equipe, a dinâmica e os processos de trabalho;

VII - Definir, com a equipe, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;

VIII - Coordenar o processo, com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS;

IX - Coordenar a oferta e o acompanhamento do(s) serviço(s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;

X - Coordenar a alimentação dos registros de informação e monitoramento do envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;



XI - Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;

XII - Identificar as necessidades de capacitação da equipe de referência;

XIII - Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.

Art. 6º O CREAS será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar, Nutricional e Cidadania, órgão gestor do SUAS em âmbito municipal, que, prestará todo o apoio técnico, administrativo, financeiro e de recursos humanos de que dispuser para garantir o funcionamento regular do CREAS.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a emitir os regulamentos e regimentos que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento desta Lei, referentes à competência de equipe técnica, serviços, procedimentos, espaços e demais matérias que se referem ao CREAS.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal regulamentará a estrutura física, a realocação de pessoal e as adaptações necessárias para o funcionamento do CREAS, respeitando a disponibilidade orçamentária vigente e sem gerar novas despesas inicialmente.

Parágrafo único: O Município poderá firmar parcerias diversas, mediante convênios, cofinanciamento federal e estadual com vistas a obtenção de recursos financeiros, técnicos e materiais para a criação e funcionamento do centro.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, aos 15 dias do mês de julho do ano de 2025.

GLEYDSON RESENDE DA SILVA

Prefeito Municipal

Identificador: 1632-0b2890714a1626739c7b0f9116d0fa1e1ceaa871

LEI MUNICIPAL Nº 002/2025

LEI MUNICIPAL Nº 002/2025

Barão de Grajaú - MA, 15 de julho de 2025

REGULAMENTA, A NOVA METODOLOGIA DO INCENTIVO FINANCEIRO VARIÁVEL POR COMPONENTE DE QUALIDADE AOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA, DENOMINADA LEI DE DESEMPENHO DA ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais; faço saber a todos os Municípios e a quem interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º A presente Lei regulamenta a nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde - APS, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, destinado aos profissionais de saúde inscritos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) que exercem suas funções nas equipes de Equipe Saúde da Família (ESF), Equipe de Atenção Primária (EAP), Equipe de Saúde Bucal (ESB) e Equipe Multiprofissionais (EMULTI) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único: A Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, estabeleceu um novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e alterou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde Sistema Único de Saúde (SUS), e substituiu parte do texto das Portarias GM/MS nº 2.979, de 12/11/2019 e Portaria GM/MS nº 3.222, de 10/12/2018 12 (que tratavam sobre as ESF e as EAP - Programa Previne Brasil), a Portaria GM/MS nº 960, de 17/07/2023 (que dispunha sobre as ESB) e a Portaria GM/MS nº 635, de 22/05/2023 (que dispunha sobre as EMULTI).

Art. 2º O repasse dos valores previsto nesta Lei tem por base o art. 5º da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28/09/2017, que trata dos recursos financeiros referentes ao bloco de custeio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinados ao funcionamento e manutenção das ações e serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO II

DOS INDICADORES DE PAGAMENTO

Art. 3º O incentivo financeiro previsto na nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde (APS) será repassado pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, conforme previsto do Art. 12-S da Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, em substituição ao programa Previne Brasil.

Art. 4º O pagamento previsto por esta Lei será realizado com base em um conjunto de indicadores de desempenho a serem observados nas atividades das equipes de ESF, ESB e EMulti, conforme posterior publicação de ato normativo do Ministério da Saúde.

Parágrafo único: O pagamento do incentivo financeiro até que seja publicado o ato normativo do Ministério da Saúde será realizado nos termos da Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024.





Art. 5º A apuração dos indicadores mencionados no artigo 4º desta Lei será realizada de forma quadrimestral, seguindo o cronograma disponibilizado pelo Ministério de Saúde, com os resultados sendo divulgados no quadrimestre subsequente

Art. 6º A implementação e o acompanhamento dos indicadores de desempenho e controle dos pagamentos por desempenho, serão de responsabilidade das gerências, coordenações e auxiliares administrativos incumbidos da implantação, monitoramento e acompanhamento dos indicadores citados na Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, cujos servidores serão indicados através de portaria da Secretaria de Saúde.

Art. 7º A divulgação dos resultados dos indicadores observará a disponibilização que ocorrerá no endereço eletrônico do Ministério da Saúde referente à APS.

Art. 8º As equipes de profissionais farão jus ao recebimento proporcional ao seu respectivo desempenho, levando em consideração o alcance das metas como indicado na Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO

Art. 9º O pagamento será feito mensalmente, desde que cumpridos os indicadores previstos na Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, após a confirmação do repasse dos recursos federais e enquanto houver esse repasse pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único: O percentual referente ao incentivo por desempenho será distribuído entre os profissionais de cada equipe.

Art. 10 Respeitado o direito ao gozo de férias, o profissional não receberá o incentivo em caso de:

I - Desistência;

II - Exoneração, rescisão ou afastamento do serviço antes da data do pagamento do incentivo;

III - Licença ou ausência das atividades da equipe, de forma não justificada, por período superior a 15 (quinze) dias; **EFEIT**

IV - Ter falta sem justificativa;

V - Afastamento, com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias ou fundações a nível municipal, estadual ou federal;

DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF'S)

Art. 11 A distribuição dos valores referentes às ESFs, aplicar-se-á a seguinte metodologia:

I - 30% (trinta por cento) do valor obtido pelo alcance dos indicadores que se refere o Art. 4º desta Lei, será destinado à Secretaria Municipal de Saúde, que será distribuído da seguinte maneira:

a) Do valor obtido no inciso I, 80% (oitenta por cento) dele será destinado aos investimentos em manutenção da Atenção Primária a Saúde.

1. b) Do valor remanescente indicado no inciso I, ou seja 20% (vinte por cento) restante, será destinado à coordenações (Atenção Básica, Vigilância em Saúde e Coordenação de Sistema de Informações) incumbidos da implantação, monitoramento e acompanhamento dos indicadores, mesmo que ocupem cargos comissionados, que serão indicados através de portaria da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que serão responsáveis pelo acompanhamento do sistema de monitoramento dos indicadores de desempenho e controle dos pagamentos.

II - 70% (setenta por cento) do valor remanescente oriundo do alcance dos indicadores que se refere o Art. 4º desta Lei, será destinado aos profissionais das ESFs, e dividido igualmente por todos os servidores das categorias: Técnico de Enfermagem, Enfermeiro e Agente ou Técnico em Agente Comunitário de Saúde;

DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL (ESB'S)

Art. 12 Com relação a distribuição dos valores referentes às ESB's, aplicar-se-á a seguinte metodologia:

Parágrafo único: O valor obtido pelo alcance dos indicadores que se refere o Art.4º desta Lei, será destinado na seguinte proporção:

I - 60% (sessenta por cento) divididos igualmente entre os cirurgiões dentistas e auxiliares de saúde bucal;

II - 40% (quarenta por cento) à Secretaria Municipal de Saúde, que será distribuído da seguinte maneira:

a) Do valor obtido na alínea "b", do inciso I, 80% (oitenta por cento) dele será destinado aos investimentos em manutenção da ESB.

b) Do valor remanescente indicado na alínea "b", ou seja 20% (vinte por cento) restante, será destinado à coordenação (Saúde Bucal) incumbido da implantação, monitoramento e acompanhamento dos indicadores, mesmo que ocupem cargos comissionados, que serão indicados através de portaria da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que serão responsáveis pelo acompanhamento do sistema de monitoramento dos indicadores de desempenho e controle dos pagamentos.

DAS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS (EMULTI'S)

Art. 13 Com relação a distribuição dos valores referentes às EMULTI's, aplicar-se-á a seguinte metodologia:

I - 60% igualmente entre todos os profissionais que compõem as respectivas EMULTI's.

II - 40% (quarenta por cento) à Secretaria Municipal de Saúde, que será distribuído da seguinte maneira:

a) Do valor obtido no inciso II, 80% (oitenta por cento) dele será destinado aos investimentos em manutenção da EMULTI's.

1. b) Do valor remanescente indicado no inciso II, ou seja 20% (vinte por cento) restante, será destinado à coordenação (Equipe eMulti) incumbido da implantação, monitoramento e acompanhamento dos indicadores, mesmo que ocupem cargos comissionados, que serão indicados através de portaria da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que serão responsáveis pelo acompanhamento do sistema de monitoramento dos indicadores de desempenho e controle dos pagamentos.



Art. 14 No fim de cada ciclo anual, será devido no mês subsequente ao último quadrimestre, pagamento de incentivo adicional do componente de qualidade em parcela única observando a média dos resultados do respectivo ano, o qual será destinado aos integrantes das equipes conforme previsto no art. 12-D, parágrafo 3º da portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Em caso de alterações na legislação que regulamenta o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Poder Executivo Municipal fica autorizado a regulamentar por decreto e, se necessário, ajustar os percentuais mencionados nos artigos 11º ao 14º, de acordo com a legislação vigente

Art. 16 Na hipótese de o Governo Federal extinguir o programa, ou por qualquer motivo não realizar o repasse financeiro ao Fundo Municipal de Saúde dos recursos necessários para a manutenção do incentivo tratado nesta Lei, o Município de Barão de Grajaú (MA) fica desobrigado de pagar os valores referentes ao respectivo incentivo por desempenho.

Art. 17 O incentivo proveniente do Programa possui caráter temporário e indenizatório e, em hipótese alguma será incorporado aos vencimentos dos servidores para fixação dos proventos de aposentadoria ou pensão, não incidindo sobre ele quaisquer encargos previdenciários ou trabalhistas e não serão computados para efeitos de cálculo de outros adicionais ou vantagens.

Art. 18 Aplicam-se ao presente incentivo financeiro por desempenho as regras, normas e condições previstas na Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, que aqui não tenham sido regulamentadas, ou outra que vier a substituí-la.

Art. 19 Aplica-se à esta Lei todos os regramentos previstos na Portaria Consolidada GM/MS nº 6, de 28/09/2017, com as alterações introduzidas pela Portaria GM/MS Nº 3.493, de 10/04/2024, que porventura aqui não tenham sido tratados, e suas atualizações que vierem a surgir.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições da Lei Municipal nº 154, de 03 de agosto de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, aos 15 dias do mês de julho do ano de 2025.

GLEYDSON RESENDE DA SILVA

Prefeito Municipal

Identificador: 1632-55e18c5d6583ad672dc7a2ea3045b46c355e2e46

LEI MUNICIPAL Nº 003/2025

LEI MUNICIPAL Nº 003/2025

Barão de Grajaú - MA, 15 de julho de 2025

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as diretrizes para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública Municipal;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;

IV - As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;

VI - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - As disposições finais.

CAPÍTULO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal deverão estar em conformidade com aquelas especificadas no Plano Plurianual, e suas alterações posteriores.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 são as especificadas no **ANEXO DE PRIORIDADES E METAS**, que integrará esta lei. Para fins de compatibilidade com o PPA, excepcionalmente neste exercício, os demonstrativos das metas, prioridades, programas e ações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão enviados concomitante ao Anteprojeto do Plano Plurianual 2026-2029, para análise e aprovação do Legislativo Municipal, passando a integrar a LDO 2026, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual 2026.

§ 1º As metas e prioridades constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.





§ 2º A Lei orçamentária não consignará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, desde que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026, será dada prioridade:

- I - Desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social;
- II - Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades;
- III - Desenvolvimento urbano e rural: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões;
- IV - Gestão pública: inovação, eficiência, modernização e tecnologia a serviço do cidadão, e;
- V - À austeridade na gestão dos recursos públicos.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2026 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

- I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
- II - O princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
- III - O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 5º Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º para efeito desta lei, entende-se por:

- I - **Diretriz:** o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
- II - **Programa:** o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- III - **Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV - **Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;
- V - **Operação especial:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resultam um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - **Modalidade de Aplicação:** a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; e
- VII - **Unidade Orçamentária:** o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Parágrafo Único: Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 7º A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 161, da Constituição Estadual, será composta de:

- I - Texto da lei;
- II - Quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- III - Discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único: Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações.

§ 1º As categorias econômicas de despesa estão assim detalhadas:

- I - Despesas Correntes (3); e
- II - Despesas de Capital (4).

§ 2º Nos grupos de natureza de despesa será observado o seguinte detalhamento, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I - Pessoal e encargos sociais (1);
- II - Juros e encargos da dívida (2);
- III - Outras despesas correntes (3);
- IV - Investimentos (4);



V - Inversões financeiras (5);

VI - Amortização da dívida (6).

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

III - Aplicações diretas.

§ 4º A reserva de contingência prevista nesta lei será identificada pelo dígito 9 no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza de despesa, às modalidades de aplicação e aos elementos de despesas.

§ 5º A natureza de receita intraorçamentária deve ser constituída substituindo-se o dígito referente às categorias econômicas 1 ou 2 pelos dígitos 7, se receita intraorçamentária corrente, ou 8, se receita intraorçamentária de capital, mantendo-se o restante da codificação.

Art. 9º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação e as despesas classificadas como operações especiais.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.

Art. 10 Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 20 (vinte) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual observada às disposições desta lei.

Art. 11 O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República e EC 58/2009, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferidos em 2025, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo.

Art. 12 Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2025.

Art. 13 O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo o cidadão, com os dados e as informações descritas no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 15 Caso seja necessário, a limitação de empenho das dotações e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para atendimento de **outras despesas correntes e investimentos** de cada poder.

Art. 16 É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios e de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 17 Para fins do equilíbrio orçamentário previsto no art. 4º, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar Nº 101/2000, as despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando parcela, às despesas de capital.

Art. 18 Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - Ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - Clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuados:

1. Os centros filantrópicos de educação infantil;



2. As associações de pais e mestres das escolas municipais;
3. Entidades sem fins lucrativos de natureza cultural, educacional, de saúde, assistência social, desportiva, de meio ambiente e agricultura.

Art. 19 Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de **subvenção social**, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do art. 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal nº. 4.320/64, que preencham as seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - Possuam Título de Utilidade Pública;

III - Estejam registradas nos conselhos estaduais de Assistência Social, de Saúde ou de Educação, dependendo da área de atuação da entidade; e

IV - Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

Art. 20 É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária, a título de “auxílios” e “Contribuições” para entidades privadas, ressalvadas as que sejam:

I - De atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportiva;

II - Signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

III - Consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

IV - Qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Art. 21 Com fundamento no § 8º do Art. 165 da Constituição Federal e nos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, bem como no que determina o inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal, fica autorizado o Poder Executivo a proceder, mediante decreto, à abertura de créditos suplementares, bem como transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária anual de 2026 e em créditos adicionais.

§ 1º A lei orçamentária estabelecerá o limite percentual e sua base de cálculo para utilização da autorização contida no *caput*.

§ 2º A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado, devendo ser comprovado mediante cálculos que deverão acompanhar o Decreto de abertura do referido crédito adicional.

§ 3º O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2026.

Art. 22 A Lei Orçamentária Anual conterá **Reserva de Contingência**, a qual será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra “b” do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Para efeito desta lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçada ou orçada a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público

§ 2º De acordo com o parágrafo anterior e conforme definido no *caput* deste artigo, a **Reserva de Contingência** poderá ser destinada para servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 23 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 24 É vedada a inclusão na lei orçamentária anual de crédito com finalidade indeterminada ou imprecisa.

Art. 25 As metas remanescentes do Plano Plurianual para os exercícios de 2025 ficam automaticamente transpostas para o exercício financeiro de 2026.

Art. 26 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO II

DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 27 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 A transferência de Recursos públicos para pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - A necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município;

II - Incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispuser lei municipal.

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 29 O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixarão as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 30 É vedada à realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante



créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.

Art. 31 Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I - Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - O aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III - As alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 32 O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes

- I - Das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- II - De transferência de contribuição do Município;
- III - De transferências constitucionais;
- IV - De transferência de convênios.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

DA PREVISÃO E DA ARRECAÇÃO

Art. 33 As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, e suas alterações.

Parágrafo Único: As receitas previstas para o exercício de 2026 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, conforme demonstrativo estatístico de previsão de receitas anexa, que é parte integrante desta lei, cujos resultados passam a ser incorporados aos anexos constantes do Plano Plurianual.

Art. 34 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária promovidas pelo Governo Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

Art. 35 Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

- I - As normas técnicas e legais;
- II - Os efeitos das alterações na legislação;
- III - As variações de índices de preço;
- IV - O crescimento econômico do País.

Art. 36 O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento da proposta orçamentária, as estimativas das receitas para o exercício de 2026, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme disposto no § 3º, art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO II

DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal, projetos de Leis dispendo sobre as alterações da legislação tributária do município, objetivando principalmente:

- I - Ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;
- II - Adequar à tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;
- III - Dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal; e
- IV - Atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Art. 38 Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária do Município, cabendo à Administração o seguinte:

- I - A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - A expansão do número de contribuintes;
- III - A atualização do cadastro imobiliário fiscal;
- IV - Demais variáveis consideradas no sistema tributário municipal.

Art. 39 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SEÇÃO III



**DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Art. 40 Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2026 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

I - Demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;

II - Estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2026 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições ou reequilíbrio geral de arrecadação resultante de variação positiva entre previsão e efetiva arrecadação de receitas.

§ 2º A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 41 No exercício de 2026 as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativos e Executivos observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº. 101, de 4 de maio de 2000 e legislação municipal em vigor.

Parágrafo único: A ampliação da despesa com pessoal deverá observar os limites legais definidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como atender à existência de prévia dotação orçamentária suficiente e à compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas.

Art. 42 A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivos e Legislativos, somente serão admitidos:

I - Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - Se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e

III - Se observada à margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 43 O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo Único: Não se considera com substituição de servidores e empregados públicos, no efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - Não seja inerente a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 44 Os valores constantes do Anexo de Metas Fiscais têm natureza estimativa, podendo sofrer variações decorrentes de alterações nas premissas macroeconômicas até o envio da proposta da Lei Orçamentária Anual de 2026, desde que mantida a compatibilidade com o Plano Plurianual e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários, considerando os limites previstos para abertura de créditos adicionais.

Art. 46 Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2025, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas como:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Serviços da dívida;

III - Pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - Categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;

V - Categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 47 Na execução do orçamento, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas fiscais estabelecidas, os Poderes,



Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho no montante necessário para contingenciamento das despesas.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

Art. 48 Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 01/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

- I - Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III - A utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - A cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 49 Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres; e
- II - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 50 Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal, podendo repassar auxílios financeiros para elas.

Art. 51 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 52 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, aos 15 dias do mês de julho do ano de 2025.

GLEYDSON RESENDE DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO

RISCOS FISCAIS

O presente, elaborado em atenção ao disposto no parágrafo 3º, do art. 4º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício financeiro de 2026.

E tem por objetivo evidenciar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2026 e informar as providências a serem adotadas caso se concretize.

I - PASSIVOS CONTINGENTES

De acordo com o histórico do Município, as seguintes ocorrências podem vir a traduzir em obrigação de desembolso financeiro por parte do Município, durante o exercício de 2026:

1. Precatórios;
2. Sentenças judiciais diversas;

II - OUTROS RISCOS

Com base em experiências anteriores, a Administração entende que as situações abaixo podem vir a prejudicar o equilíbrio das contas públicas no exercício de 2026:

1. Epidemias e/ou viroses;
2. Enchentes e vendavais;
3. Frustração na cobrança da dívida ativa;
4. Despesas não orçadas ou orçadas a menor;
5. Ocorrência de fatos não previstos em Execução de obras e serviços;
6. Fixação do piso salarial dos profissionais da educação básica;
7. Aumento da despesa com pessoal, em decorrência do aumento do salário-mínimo.
8. Aumento da participação do município na Formação do FUNDEB.

III - PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Para cada contingência mencionada, a Administração adotará medidas administrativas ou judiciais para saneamento das questões, podendo, inclusive buscar recursos do Governo Federal e Estadual, de Instituições Privadas, bem como a realização de consórcio público, objetivando a



minimização de custo na realização das obras de infraestrutura, que por ventura se fizerem necessárias;

O Setor responsável manterá controle acerca do andamento dos processos, e deverá comunicar ao departamento financeiro, com a devida brevidade, sobre as decisões judiciais, e/ou acordos, para que seja revista a programação de desembolso, com utilização de reserva de contingência; Para redução ou manutenção do gasto com pessoal, o Município poderá reduzir vantagens concedidas a servidores, reduzir o número de servidores ocupantes de cargo em comissão, demitir servidores admitidos em caráter temporário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão de Grajaú, Estado do Maranhão, aos 15 dias do mês de julho do ano de 2025.

GLEYDSON RESENDE DA SILVA

Prefeito Municipal

Identificador: 1632-972fa9bae94cc81ddc3e7ec517b129b766ce44be

CHAMAMENTO PUBLICO 002/2025

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMADA PUBLICA Nº 002/2025**

CHAMADA PUBLICA Nº. 002/2025-SRP - OBJETO: **CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL - 2025**, para atender as necessidades do Município de Barão de Grajaú - MA. Os Grupos Formais, Informais e Individuais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no intervalo de 16 de julho de 2025 a 05 de agosto de 2025, das 08:00 às 13:00 horas, na Secretaria Municipal da Educação de Barão de Grajaú - MA ou na Sala da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Barão de Grajaú - MA, horário de Brasília/DF. **OBTENÇÃO E CONSULTA DE EDITAL:** O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Comissão de Licitação de Barão de Grajaú, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: cpldebaraodegrajau@gmail.com. Barão de Grajaú -MA, 15 de julho de 2025. Raylan Moreira da Fonseca – Agente de Contratação.

Identificador: 1632-4911cc08f34e3619c089d3b45a8064420bda14a8



GLEYDSON RESENDE DA SILVA
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS RESENDE
Vice-Prefeito Municipal

www.baraodegrajau.ma.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ - MA

RUA SEROA DA MOTA, 414 - CEP: 65660-000

Barão de Grajaú - MA

Contato: (89) 3523 - 1233

CN=MUNICÍPIO DE BARAO DE GRAJAU:06477822000144, OU=AC
SyngularID Multiple, OU=29077395000102, OU=Videoconferencia,
OU=Certificado Digital P.J A1, O=ICP-Brasil, C=BR
assinado em: 2025-07-16 00:08:03



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0001 Atividades Legislativas												
AÇÃO: 1001 Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
2	010100	01						031		53.560,50	53.560,50	0,00
TOTAL AÇÃO:										53.560,50	53.560,50	0,00
AÇÃO: 1002 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanente												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
2	010100	01						031		26.780,26	26.780,26	0,00
TOTAL AÇÃO:										26.780,26	26.780,26	0,00
AÇÃO: 1003 Aquisição de Veículos para a Câmara Municipal												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
2	010100	01						031		119.293,85	52.547,84	-66.746,01
TOTAL AÇÃO:										119.293,85	52.547,84	-66.746,01
AÇÃO: 2001 Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
2	010100	01						031		2.439.112,95	2.339.112,95	-100.000,00
TOTAL AÇÃO:										2.439.112,95	2.339.112,95	-100.000,00
TOTALPROGRAMA:										2.638.747,56	2.472.001,55	-166.746,01

PROGRAMA: 0053 Política de Amortização de Dívidas												
AÇÃO: 1004 Amortização de Dívidas juntos o INSS Legislativo												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
2	010100	01						031		19.638,85	19.638,85	0,00
TOTAL AÇÃO:										19.638,85	19.638,85	0,00
AÇÃO: 1009 Amortização de Dívidas junto ao INSS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020400	04						123		516.792,47	516.792,47	0,00
TOTAL AÇÃO:										516.792,47	516.792,47	0,00
AÇÃO: 1010 Amortização de Dívidas Junto a Receita Federal do Brasil												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020400	04						123		194.242,40	194.242,40	0,00
TOTAL AÇÃO:										194.242,40	194.242,40	0,00
AÇÃO: 2014 Cumprimento das Setenças Judiciais Precatórios												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020400	04						062		713.686,96	713.686,96	0,00
TOTAL AÇÃO:										713.686,96	713.686,96	0,00
TOTALPROGRAMA:										1.444.360,68	1.444.360,68	0,00

PROGRAMA: 0047 Organização e Modernização Administrativa									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0047 Organização e Modernização Administrativa												
AÇÃO: 2176 CONST. DE BARRAGEM E ACUDES												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	021300	18							544	230.000,00	230.000,00	0,00
TOTAL AÇÃO:										230.000,00	230.000,00	0,00
AÇÃO: 1005 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020200	04							122	44.633,75	44.633,75	0,00
TOTAL AÇÃO:										44.633,75	44.633,75	0,00
AÇÃO: 1007 Aquisição de Materiais e Equip. Permanente da Sec. de Governo												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020300	04							122	58.429,64	58.429,64	0,00
TOTAL AÇÃO:										58.429,64	58.429,64	0,00
AÇÃO: 1008 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes - Finanças												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020400	04							123	36.518,53	36.518,53	0,00
TOTAL AÇÃO:										36.518,53	36.518,53	0,00
AÇÃO: 1011 Aquisição de Veículos para a Sec. Adm.												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020500	04							122	98.194,26	98.194,26	0,00
TOTAL AÇÃO:										98.194,26	98.194,26	0,00
AÇÃO: 1014 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanente - MDE												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
6	020600	12							361	330.289,78	330.289,78	0,00
TOTAL AÇÃO:										330.289,78	330.289,78	0,00
AÇÃO: 1016 Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
6	020600	12							782	341.060,91	341.060,91	0,00
TOTAL AÇÃO:										341.060,91	341.060,91	0,00
AÇÃO: 1025 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanente - Sec. Agricultura												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020800	20							122	55.995,08	55.995,08	0,00
TOTAL AÇÃO:										55.995,08	55.995,08	0,00
AÇÃO: 1033 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanente - Infraestrutura												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	021000	15							451	15.175,48	15.175,48	0,00
TOTAL AÇÃO:										15.175,48	15.175,48	0,00
AÇÃO: 1043 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Esporte e Lazer												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	021100	27							812	98.194,26	98.194,26	0,00
TOTAL AÇÃO:										98.194,26	98.194,26	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0047 Organização e Modernização Administrativa												
AÇÃO: 1048 Aquisição de Mat.e Equip.Permanentes - FUNDEB 30%												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
3	021700	12							361	1.356.866,12	1.356.866,12	0,00
TOTAL AÇÃO:										1.356.866,12	1.356.866,12	0,00
AÇÃO: 1049 Aquisição de Veículo para Rede Municipal de Ensino - FUNDEB 30%												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
3	021700	12							361	215.289,77	215.289,77	0,00
TOTAL AÇÃO:										215.289,77	215.289,77	0,00
AÇÃO: 1018 Aquisição de Veículo para a Secretaria d e Saúde												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	020700	10							122	114.242,02	114.242,02	0,00
TOTAL AÇÃO:										114.242,02	114.242,02	0,00
AÇÃO: 1019 Aquisição de Mat. e Equip. permanente - Saúde												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	020700	10							122	978.453,04	978.453,04	0,00
TOTAL AÇÃO:										978.453,04	978.453,04	0,00
AÇÃO: 1029 Aquisição de Veículo para a Assistência Social e Cidadania												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	020900	08							244	39.912,16	39.912,16	0,00
TOTAL AÇÃO:										39.912,16	39.912,16	0,00
AÇÃO: 1030 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanente Assist.Social												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	020900	08							244	17.853,50	17.853,50	0,00
TOTAL AÇÃO:										17.853,50	17.853,50	0,00
AÇÃO: 1058 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes - FMAS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08							244	112.801,67	112.801,67	0,00
TOTAL AÇÃO:										112.801,67	112.801,67	0,00
AÇÃO: 2174 MANUTENÇÃO DE AÇÕES PROCADSUAS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08							244	44.264,88	44.264,88	0,00
TOTAL AÇÃO:										44.264,88	44.264,88	0,00
TOTALPROGRAMA:										4.188.174,85	4.188.174,85	0,00

PROGRAMA: 0052 Atividades Administrativas												
AÇÃO: 1006 Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020200	04							122	56.068,85	56.068,85	0,00
TOTAL AÇÃO:										56.068,85	56.068,85	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0052 Atividades Administrativas												
AÇÃO: 2002 Atividades da Assessoria Municipal de Comunicação												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020200	04						122		16.068,15	16.068,15	0,00
TOTAL AÇÃO:										16.068,15	16.068,15	0,00
AÇÃO: 2003 Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020200	04						122		1.393.825,90	1.393.825,90	0,00
TOTAL AÇÃO:										1.393.825,90	1.393.825,90	0,00
AÇÃO: 2008 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Governo												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020300	04						122		1.569.945,91	1.569.945,91	0,00
TOTAL AÇÃO:										1.569.945,91	1.569.945,91	0,00
AÇÃO: 2013 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020400	04						123		1.119.942,48	1.286.688,49	166.746,01
TOTAL AÇÃO:										1.119.942,48	1.286.688,49	166.746,01
AÇÃO: 2017 Manut.de Depart.da Administração e Escola de Governo												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020400	04						123		16.068,15	16.068,15	0,00
TOTAL AÇÃO:										16.068,15	16.068,15	0,00
AÇÃO: 2016 Manut.e Func. da Secretaria de Administração												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020500	04						122		7.608.029,45	7.608.029,45	0,00
TOTAL AÇÃO:										7.608.029,45	7.608.029,45	0,00
AÇÃO: 2018 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
6	020600	12						122		1.641.098,35	1.641.098,35	0,00
TOTAL AÇÃO:										1.641.098,35	1.641.098,35	0,00
AÇÃO: 2042 Manut.e Func.da Sec.Des.Econômico,Agric. e Pesca												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	020800	20						605		694.637,13	694.637,13	0,00
TOTAL AÇÃO:										694.637,13	694.637,13	0,00
AÇÃO: 2057 Manut.e Func.da Sec.Infr.e Habitação												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	021000	15						122		3.845.385,69	3.845.385,69	0,00
TOTAL AÇÃO:										3.845.385,69	3.845.385,69	0,00
AÇÃO: 2071 Manut.e Func.da Secretaria de Esporte e Lazer												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
1	021100	27						812		346.756,48	346.756,48	0,00
TOTAL AÇÃO:										346.756,48	346.756,48	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0052 Atividades Administrativas									
AÇÃO: 2075 Manut.e Func.da Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021200	13						392	
									205.653,50
									205.653,50
									0,00
TOTAL AÇÃO:							205.653,50	205.653,50	0,00
AÇÃO: 2078 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Meio Ambiente							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021300	18						541	
									257.983,10
									257.983,10
									0,00
TOTAL AÇÃO:							257.983,10	257.983,10	0,00
AÇÃO: 2081 Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Juventude							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021400	27						813	
									133.901,27
									133.901,27
									0,00
TOTAL AÇÃO:							133.901,27	133.901,27	0,00
AÇÃO: 2031 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Saúde							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
4	020700	10						122	
									1.665.707,05
									1.665.707,05
									0,00
TOTAL AÇÃO:							1.665.707,05	1.665.707,05	0,00
AÇÃO: 2050 Manut.e Func.da Secretaria de Assist. Social e Cidadania							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
5	020900	08						244	
									1.017.231,25
									1.017.231,25
									0,00
TOTAL AÇÃO:							1.017.231,25	1.017.231,25	0,00
AÇÃO: 2179 MANUTENÇÃO DA SEC. DE COMUNICAÇÃO							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021500	04						122	
									25.000,00
									25.000,00
									0,00
TOTAL AÇÃO:							25.000,00	25.000,00	0,00
AÇÃO: 2180 MAN. DA SEC. DE ART. COM ORG. EST. E FEDERAIS							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021600	04						122	
									25.000,00
									25.000,00
									0,00
TOTAL AÇÃO:							25.000,00	25.000,00	0,00
TOTALPROGRAMA:							21.638.302,71	21.805.048,72	166.746,01

PROGRAMA: 0474 Assistência de Serviços Especializados									
AÇÃO: 2004 Atividades da Assessoria Técnica Municipal							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	020200	04						122	
									12.497,45
									12.497,45
									0,00
TOTAL AÇÃO:							12.497,45	12.497,45	0,00
AÇÃO: 2005 Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	020200	04						122	
									781.039,26
									781.039,26
									0,00
TOTAL AÇÃO:							781.039,26	781.039,26	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0474 Assistência de Serviços Especializados						
			TOTALPROGRAMA:	793.536,71	793.536,71	0,00

PROGRAMA: 0061 Controle Interno								
AÇÃO: 2006 Manutenção das Atividades da Controladoria Geral				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
1	020400 04	122				746.108,54	746.108,54	0,00
			TOTAL AÇÃO:	746.108,54	746.108,54	0,00		
			TOTALPROGRAMA:	746.108,54	746.108,54	0,00		

PROGRAMA: 0051 Planejamento e Orçamento								
AÇÃO: 2009 Manutenção do Departamento de Contabil. Pública				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
1	020400 04	123				327.998,56	327.998,56	0,00
			TOTAL AÇÃO:	327.998,56	327.998,56	0,00		
			TOTALPROGRAMA:	327.998,56	327.998,56	0,00		

PROGRAMA: 0465 Expansão, Valorização e Melhoria do Ensino								
AÇÃO: 2019 Manutenção das Atividades dos Conselhos da Educação				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
6	020600 12	122				14.282,82	14.282,82	0,00
			TOTAL AÇÃO:	14.282,82	14.282,82	0,00		
AÇÃO: 2023 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
6	020600 12	361				2.899,26	2.899,26	0,00
			TOTAL AÇÃO:	2.899,26	2.899,26	0,00		
AÇÃO: 2025 Manutenção do Desenvolvimento do Ensino MDE				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
6	020600 12	361				1.227.148,05	1.227.148,05	0,00
			TOTAL AÇÃO:	1.227.148,05	1.227.148,05	0,00		
AÇÃO: 2026 Manutenção do Programa Salário Educação QSE				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
6	020600 12	361				1.485.502,51	1.485.502,51	0,00
			TOTAL AÇÃO:	1.485.502,51	1.485.502,51	0,00		
AÇÃO: 2027 Manutenção do Programa Brasil Alfabetiza				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA		
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI	FRG FRC	FDET FSTN	CÓD.APLIC			
6	020600 12	361				17.853,52	17.853,52	0,00
			TOTAL AÇÃO:	17.853,52	17.853,52	0,00		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0465 Expansão, Valorização e Melhoria do Ensino				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
				TOTALPROGRAMA:	2.747.686,16	2.747.686,16	0,00

PROGRAMA: 0251 Alimentação Escolar				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
AÇÃO: 2020 Manutenção do Programa da Merenda Escolar - PNAE	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
6	020600	12	306	1.183.202,40	1.183.202,40	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	1.183.202,40	1.183.202,40	0,00
				TOTALPROGRAMA:	1.183.202,40	1.183.202,40	0,00

PROGRAMA: 0023 Edificações Públicas				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
AÇÃO: 2177 Const. Ref. e Ampl. de Unidades Escolares - Ensino Fundamental	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
3	021700	12	361	3.460.000,00	3.460.000,00	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	3.460.000,00	3.460.000,00	0,00
AÇÃO: 2178 Const. Ref. e Ampl. de Unidades Escolares - Ensino Infantil	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
3	021700	12	365	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00
AÇÃO: 1013 Construção, Ref.e/ou Ampl.de Unid.Esco.Sec. de Educação	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
6	020600	12	361	11.682.183,33	11.682.183,33	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	11.682.183,33	11.682.183,33	0,00
AÇÃO: 1015 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Creches	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
6	020600	12	365	766.329,31	766.329,31	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	766.329,31	766.329,31	0,00
AÇÃO: 1026 Construção/Recuperação de Mercador, Feira e Matadouros	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
1	020800	20	605	62.487,25	62.487,25	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	62.487,25	62.487,25	0,00
AÇÃO: 1031 Construção,Ampliação e Reforma de Prédios Públicos e Logradouros	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
1	021000	15	451	120.105,37	120.105,37	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	120.105,37	120.105,37	0,00
AÇÃO: 1042 Construção,Ampliação e/ou Reforma de Ginásios/Quadras e Estádios	ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC				
1	021100	27	812	392.777,03	392.777,03	0,00	
				TOTAL AÇÃO:	392.777,03	392.777,03	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0023 Edificações Públicas									
AÇÃO: 1044 Construção,Ampliação e/ou Reforma de Centros Culturais							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
1	021200	13							392
							89.267,51	89.267,51	0,00
TOTAL AÇÃO:							89.267,51	89.267,51	0,00
AÇÃO: 1021 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Saúde							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
4	021800	10							301
							1.019.218,54	1.019.218,54	0,00
TOTAL AÇÃO:							1.019.218,54	1.019.218,54	0,00
AÇÃO: 1020 Construção, Reforma e/ou Ampliação do Hospital Municipal							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
4	021800	10							302
							29.458,29	29.458,29	0,00
TOTAL AÇÃO:							29.458,29	29.458,29	0,00
AÇÃO: 2058 Manut.e Func.dos Prédios Públicos e Logradouros							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
1	021000	15							451
							10.712,12	10.712,12	0,00
TOTAL AÇÃO:							10.712,12	10.712,12	0,00
AÇÃO: 2070 Manut.e Reparos de Ginásios/Quadras e Estádios							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
1	021100	27							812
							14.282,80	14.282,80	0,00
TOTAL AÇÃO:							14.282,80	14.282,80	0,00
AÇÃO: 2072 Manutenção e Reparos de Centros Culturais							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
1	021200	13							392
							13.390,13	13.390,13	0,00
TOTAL AÇÃO:							13.390,13	13.390,13	0,00
TOTALPROGRAMA:							18.810.211,68	18.810.211,68	0,00

PROGRAMA: 0407 Transporte Escolar									
AÇÃO: 2022 Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar - PNAT							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
6	020600	12							361
							349.669,09	349.669,09	0,00
TOTAL AÇÃO:							349.669,09	349.669,09	0,00
AÇÃO: 2024 Manutenção e Func. do Transp.Escolar Estadual							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
6	020600	12							362
							714.140,07	714.140,07	0,00
TOTAL AÇÃO:							714.140,07	714.140,07	0,00
AÇÃO: 2085 Manutenção do Serviço de Transporte Escolar - FUNDEB 30%							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
3	021700	12							361
							2.129.848,14	2.129.848,14	0,00
TOTAL AÇÃO:							2.129.848,14	2.129.848,14	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0407 Transporte Escolar						
			TOTALPROGRAMA:	3.193.657,30	3.193.657,30	0,00

PROGRAMA: 0048 Difusão Cultural						
AÇÃO: 2030 Manutenção de Biblioteca Municipal				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
6	020600	13	392	11.604,79	11.604,79	0,00
			TOTAL AÇÃO:	11.604,79	11.604,79	0,00
AÇÃO: 2073 Manutenção do Departamento de Cultura				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
1	021200	13	392	16.960,85	16.960,85	0,00
			TOTAL AÇÃO:	16.960,85	16.960,85	0,00
AÇÃO: 2074 Manutenção das Atividades Culturais, Folclóricas e Artísticas				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
1	021200	13	392	2.201.012,48	2.201.012,48	0,00
			TOTAL AÇÃO:	2.201.012,48	2.201.012,48	0,00
AÇÃO: 2172 Ações Emergenciais Destinadas ao Setor Cultural				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
1	021200	13	392	443.249,93	443.249,93	0,00
			TOTAL AÇÃO:	443.249,93	443.249,93	0,00
			TOTALPROGRAMA:	2.672.828,05	2.672.828,05	0,00

PROGRAMA: 0031 Abastecimento Agrícola						
AÇÃO: 2039 Manut.do Dep.de Desenvolvimento Rural e Pesca				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
1	020800	20	605	12.497,47	12.497,47	0,00
			TOTAL AÇÃO:	12.497,47	12.497,47	0,00
AÇÃO: 2040 Manut.do Dep.de Abastecimento e Compra Legal				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
1	020800	20	605	7.141,40	7.141,40	0,00
			TOTAL AÇÃO:	7.141,40	7.141,40	0,00
AÇÃO: 2041 Manutenção de Mercados, Feiras e Matad.				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC			
1	020800	20	605	10.712,12	10.712,12	0,00
			TOTAL AÇÃO:	10.712,12	10.712,12	0,00
			TOTALPROGRAMA:	30.350,99	30.350,99	0,00

PROGRAMA: 0641 Mecanização Agrícola			
-------------------------------------	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0641 Mecanização Agrícola									
AÇÃO: 1027 Aquisição de Patrulha Mecanizada e Implementos Agrícolas E Tratores							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	020800	20						605	
							272.265,90	272.265,90	0,00
TOTAL AÇÃO:							272.265,90	272.265,90	0,00
TOTALPROGRAMA:							272.265,90	272.265,90	0,00

PROGRAMA: 0060 Serviços de Utilidade Pública									
AÇÃO: 2007 Manutenção do Departamento de Transito e Serviços							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021000	04						452	
							9.819,43	9.819,43	0,00
TOTAL AÇÃO:							9.819,43	9.819,43	0,00
AÇÃO: 2170 Manutenção e Funcionamento da Guarda Municipal							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	020200	06						181	
							199.891,41	199.891,41	0,00
TOTAL AÇÃO:							199.891,41	199.891,41	0,00
TOTALPROGRAMA:							209.710,84	209.710,84	0,00

PROGRAMA: 0040 Praça, Parques e Jardins									
AÇÃO: 1032 Constr.e Recuper.de Praças,Parques e Jardins							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021000	15						451	
							706.666,83	706.666,83	0,00
TOTAL AÇÃO:							706.666,83	706.666,83	0,00
AÇÃO: 1059 Construção de Parque de Vaquejada							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021000	15						451	
							335.800,92	335.800,92	0,00
TOTAL AÇÃO:							335.800,92	335.800,92	0,00
AÇÃO: 2059 Manutenção de Praças,Parques e Jardins							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021000	15						451	
							17.853,52	17.853,52	0,00
TOTAL AÇÃO:							17.853,52	17.853,52	0,00
TOTALPROGRAMA:							1.060.321,27	1.060.321,27	0,00

PROGRAMA: 0062 Serviços de Infra Estrutura Urbana									
AÇÃO: 1034 Urbanização de Avenidas e Canteiros							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	021000	15						451	
							44.633,75	44.633,75	0,00
TOTAL AÇÃO:							44.633,75	44.633,75	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0062 Serviços de Infra Estrutura Urbana										
AÇÃO: 1036 Construção e Recuperação de Meios Fios, Sarjetas, Galerias e Similare:							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	15						782		
							62.487,25	62.487,25	0,00	
TOTAL AÇÃO:							62.487,25	62.487,25	0,00	
AÇÃO: 1037 Pavimentação Asfal. e Poliedrica e Recup. de Vias							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	15						782		
							3.505.682,91	3.505.682,91	0,00	
TOTAL AÇÃO:							3.505.682,91	3.505.682,91	0,00	
AÇÃO: 2064 Manut.de Vias, Meios Fios, Sarj. Galerias e Similares							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	15						782		
							1.639.525,96	1.639.525,96	0,00	
TOTAL AÇÃO:							1.639.525,96	1.639.525,96	0,00	
AÇÃO: 1063 Construção do Terminal Rodoviario Municipal							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	15						782		
							1.413.672,71	1.413.672,71	0,00	
TOTAL AÇÃO:							1.413.672,71	1.413.672,71	0,00	
TOTALPROGRAMA:							6.666.002,58	6.666.002,58	0,00	

PROGRAMA: 0710 Estradas Vicinais										
AÇÃO: 1035 Aquisição de Caminhões,Máquinas Pesada e Equipamentos Similares							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	15						451		
							51.125,94	51.125,94	0,00	
TOTAL AÇÃO:							51.125,94	51.125,94	0,00	
AÇÃO: 1041 Constr.Recup.Estr.Vicinais,Pontes,Bueiro e Galerias							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	26						782		
							6.891.577,28	6.891.577,28	0,00	
TOTAL AÇÃO:							6.891.577,28	6.891.577,28	0,00	
TOTALPROGRAMA:							6.942.703,22	6.942.703,22	0,00	

PROGRAMA: 0007 Iluminação Pública Municipal										
AÇÃO: 1040 Expansão e Recuperação do Sistema de Iluminação Pública							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	25						752		
							21.424,20	21.424,20	0,00	
TOTAL AÇÃO:							21.424,20	21.424,20	0,00	
AÇÃO: 2063 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA	
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		
1	021000	15						452		
							3.029.782,99	3.029.782,99	0,00	
TOTAL AÇÃO:							3.029.782,99	3.029.782,99	0,00	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA**Ano LDO: 2026**

PROGRAMA: 0007 Iluminação Pública Municipal						
			TOTALPROGRAMA:	3.051.207,19	3.051.207,19	0,00

PROGRAMA: 0057 Habitação						
AÇÃO: 1038 Construção da Habitação Popular Zona Rural				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC						
1	021000	16	481	267.802,52	267.802,52	0,00
			TOTAL AÇÃO:	267.802,52	267.802,52	0,00
AÇÃO: 1039 Construção de Habitação Popular Zona Urbana				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC						
1	021000	16	482	267.802,52	267.802,52	0,00
			TOTAL AÇÃO:	267.802,52	267.802,52	0,00
			TOTALPROGRAMA:	535.605,04	535.605,04	0,00

PROGRAMA: 0020 Sist.de Abastecimento de Água						
AÇÃO: 2175 CONST. REF. AMPL. DE TANQUES,ACUDES E BARRAGENS				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC						
1	020800	20	605	391.000,00	391.000,00	0,00
			TOTAL AÇÃO:	391.000,00	391.000,00	0,00
AÇÃO: 1023 Construção e Ampliação Sistema de Abastecimento D'Água				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC						
1	021000	17	511	1.474.813,10	1.474.813,10	0,00
1	021000	17	512	324.609,12	324.609,12	0,00
4	020700	10	511	172.042,83	172.042,83	0,00
4	020700	10	512	162.304,56	162.304,56	0,00
			TOTAL AÇÃO:	2.133.769,61	2.133.769,61	0,00
			TOTALPROGRAMA:	2.524.769,61	2.524.769,61	0,00

PROGRAMA: 0034 Saneamento Básico						
AÇÃO: 1024 Construção de Módulos Sanitários Domicil iáres				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC						
1	021000	17	512	365.104,10	365.104,10	0,00
			TOTAL AÇÃO:	365.104,10	365.104,10	0,00
			TOTALPROGRAMA:	365.104,10	365.104,10	0,00

PROGRAMA: 0016 Esporte e Lazer			
--------------------------------	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0016 Esporte e Lazer												
AÇÃO: 2068 Manutenção das Atividades de Lazer												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021100	27	812							16.960,84	16.960,84	0,00
TOTAL AÇÃO:										16.960,84	16.960,84	0,00
AÇÃO: 2069 Manutenção das Atividades Esportivas												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021100	27	812							98.850,86	98.850,86	0,00
TOTAL AÇÃO:										98.850,86	98.850,86	0,00
TOTALPROGRAMA:										115.811,70	115.811,70	0,00

PROGRAMA: 0063 Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar												
AÇÃO: 1045 Aquisição de Veículos para Limpeza Pública												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021300	18	541							269.425,56	269.425,56	0,00
TOTAL AÇÃO:										269.425,56	269.425,56	0,00
AÇÃO: 1046 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Aterro Sanitário												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021300	18	541							266.179,48	266.179,48	0,00
TOTAL AÇÃO:										266.179,48	266.179,48	0,00
AÇÃO: 2080 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021300	18	542							2.019.272,60	2.019.272,60	0,00
TOTAL AÇÃO:										2.019.272,60	2.019.272,60	0,00
AÇÃO: 1091 Construção de Centro de Reciclagem Municipal												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021300	18	541							227.226,38	227.226,38	0,00
TOTAL AÇÃO:										227.226,38	227.226,38	0,00
TOTALPROGRAMA:										2.782.104,02	2.782.104,02	0,00

PROGRAMA: 0614 Preservação e Conservação Ambiental												
AÇÃO: 2079 Preservação e Conservação Ambiental												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021300	18	541							11.604,78	11.604,78	0,00
TOTAL AÇÃO:										11.604,78	11.604,78	0,00
AÇÃO: 2171 Manutenção e Funcionamento da Brigada de Incêndio												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
1	021300	18	541							243.456,83	243.456,83	0,00
TOTAL AÇÃO:										243.456,83	243.456,83	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0614 Preservação e Conservação Ambiental												
AÇÃO: 2182 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTAL DO MEIO AMBIENTE							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
7	022100	18							541	25.000,00	25.000,00	0,00
TOTAL AÇÃO:							25.000,00	25.000,00	0,00			
TOTALPROGRAMA:							280.061,61	280.061,61	0,00			

PROGRAMA: 0403 Ensino Fundamental												
AÇÃO: 2083 Manut.das Atividades da Educação 30% - Ensino Fundamental							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
3	021700	12							361	3.009.551,92	3.009.551,92	0,00
TOTAL AÇÃO:							3.009.551,92	3.009.551,92	0,00			
AÇÃO: 2084 Remun.dos Prof.da educação básica 70% - Ensino Fundamental							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
3	021700	12							361	16.207.397,53	16.207.397,53	0,00
TOTAL AÇÃO:							16.207.397,53	16.207.397,53	0,00			
AÇÃO: 2125 Precatório FUNDEF							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
1	020600	12							361	2.728.671,85	2.728.671,85	0,00
TOTAL AÇÃO:							2.728.671,85	2.728.671,85	0,00			
TOTALPROGRAMA:							21.945.621,30	21.945.621,30	0,00			

PROGRAMA: 0451 Ensino Supletivo e Educação de Jovens e Adultos												
AÇÃO: 2086 Remuneração dos Profissionais da educação básica 70% - EJA							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
3	021700	12							361	537.840,35	537.840,35	0,00
TOTAL AÇÃO:							537.840,35	537.840,35	0,00			
AÇÃO: 2090 Manutenção das Atividades da Educação 30% - EJA							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
3	021700	12							366	163.359,55	163.359,55	0,00
TOTAL AÇÃO:							163.359,55	163.359,55	0,00			
TOTALPROGRAMA:							701.199,90	701.199,90	0,00			

PROGRAMA: 0401 Educação Infantil												
AÇÃO: 2088 Remuneração dos Profissionais da Educação Básica. 70% - Ensino Infa							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
3	021700	12							365	6.852.664,13	6.852.664,13	0,00
TOTAL AÇÃO:							6.852.664,13	6.852.664,13	0,00			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0401 Educação Infantil									
AÇÃO: 2089 Manutenção das Atividades da Educação 30% - Ensino Infantil							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
3	021700	12						365	
							4.103.064,88	4.103.064,88	0,00
TOTAL AÇÃO:							4.103.064,88	4.103.064,88	0,00
AÇÃO: 2120 Convênios com Entidades Comunitárias, Profissionais ou Filantrópica							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
3	021700	12						365	
							174.377,36	174.377,36	0,00
TOTAL AÇÃO:							174.377,36	174.377,36	0,00
TOTALPROGRAMA:							11.130.106,37	11.130.106,37	0,00

PROGRAMA: 9999 Reserva de Contingência									
AÇÃO: 9003 Reserva de Contingência							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	909900	99						999	
							267.802,52	267.802,52	0,00
TOTAL AÇÃO:							267.802,52	267.802,52	0,00
TOTALPROGRAMA:							267.802,52	267.802,52	0,00

PROGRAMA: 1310 Contribuições para o Programa de Form.de Patr.do Ser									
AÇÃO: 9001 Contrib.ao Prog.de Apoio ao Servidor Público - PASEP							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
1	020500	04						128	
							335.321,22	335.321,22	0,00
TOTAL AÇÃO:							335.321,22	335.321,22	0,00
TOTALPROGRAMA:							335.321,22	335.321,22	0,00

PROGRAMA: 1004 Gestão da Política de Saúde									
AÇÃO: 2032 Manutenção das Atividades dos Conselhos da Saúde							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
4	020700	10						122	
							24.832,62	24.832,62	0,00
TOTAL AÇÃO:							24.832,62	24.832,62	0,00
AÇÃO: 2098 Manutenção e Funcionamento de Unidades Básicas de Saúde							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
4	021800	10						301	
							204.926,01	204.926,01	0,00
TOTAL AÇÃO:							204.926,01	204.926,01	0,00
AÇÃO: 2099 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	
4	021800	10						301	
							1.466.341,57	1.466.341,57	0,00
TOTAL AÇÃO:							1.466.341,57	1.466.341,57	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 1004 Gestão da Política de Saúde												
AÇÃO: 2101 Benefícios para Tratamento Fora de Domicílio - TFD												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							302	285.656,02	285.656,02	0,00
TOTAL AÇÃO:										285.656,02	285.656,02	0,00
AÇÃO: 2102 Manut.e Funcionamento de Hospitais Mun.												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							302	4.047.164,78	4.047.164,78	0,00
TOTAL AÇÃO:										4.047.164,78	4.047.164,78	0,00
AÇÃO: 1064 Manutenção dos Serviços do Samu												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	228.666,73	228.666,73	0,00
TOTAL AÇÃO:										228.666,73	228.666,73	0,00
AÇÃO: 1065 Construção do centro de Atenção Psicossocial - CAPS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	491.121,58	491.121,58	0,00
TOTAL AÇÃO:										491.121,58	491.121,58	0,00
AÇÃO: 1066 Manutenção das Atividades do CAPS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	203.384,10	203.384,10	0,00
TOTAL AÇÃO:										203.384,10	203.384,10	0,00
TOTALPROGRAMA:										6.952.093,41	6.952.093,41	0,00

PROGRAMA: 0225 Atenção Básica à Saúde												
AÇÃO: 1022 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	578.585,70	578.585,70	0,00
TOTAL AÇÃO:										578.585,70	578.585,70	0,00
AÇÃO: 2095 Manutenção do Programa Agentes Comunit. de Saúde - ACS e ACE												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	2.290.627,07	2.290.627,07	0,00
TOTAL AÇÃO:										2.290.627,07	2.290.627,07	0,00
AÇÃO: 2096 Manutenção das Compensações de Especif. Regionais												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	36.518,53	36.518,53	0,00
TOTAL AÇÃO:										36.518,53	36.518,53	0,00
AÇÃO: 2091 Manutenção do Programa Saúde Bucal - SB\												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC	VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10							301	288.005,55	288.005,55	0,00
TOTAL AÇÃO:										288.005,55	288.005,55	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0225 Atenção Básica à Saúde												
AÇÃO: 2092 Manutenção do Programa de Atenção Básica PAB FIXO												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							2.780.344,16	2.780.344,16	0,00
TOTAL AÇÃO:										2.780.344,16	2.780.344,16	0,00
AÇÃO: 2093 Manutenção de Equipes Multiprofissionais - EMULT												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							406.897,55	406.897,55	0,00
TOTAL AÇÃO:										406.897,55	406.897,55	0,00
AÇÃO: 2094 Manutenção do Programa Saúde na Escola												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							46.419,12	46.419,12	0,00
TOTAL AÇÃO:										46.419,12	46.419,12	0,00
AÇÃO: 2097 Manutenção do Prog. Estratégia de Saúde da Família PSF												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							651.596,78	651.596,78	0,00
TOTAL AÇÃO:										651.596,78	651.596,78	0,00
AÇÃO: 2165 Ações de Prevenção contra o vírus COVID 19												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							604.925,25	604.925,25	0,00
TOTAL AÇÃO:										604.925,25	604.925,25	0,00
AÇÃO: 1090 Const, Reforma e/ou Ampl. do Centro de Especialidades Odontológicas												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							357.069,95	357.069,95	0,00
TOTAL AÇÃO:										357.069,95	357.069,95	0,00
AÇÃO: 2167 Manut. do Laboratório Regional de Protéses Dentárias												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							164.252,21	164.252,21	0,00
TOTAL AÇÃO:										164.252,21	164.252,21	0,00
AÇÃO: 2168 Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							253.195,11	253.195,11	0,00
TOTAL AÇÃO:										253.195,11	253.195,11	0,00
AÇÃO: 2173 Manutenção do Serviço Esp. em Saúde Bucal												
ENTIDADE LOCAL FUNÇÃO SUB CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN CÓD.APLIC												
4	021800	10	301							214.617,60	214.617,60	0,00
4	021800	10	302							26.827,20	26.827,20	0,00
TOTAL AÇÃO:										241.444,80	241.444,80	0,00
TOTALPROGRAMA:										8.699.881,78	8.699.881,78	0,00

PROGRAMA: 0226 Investimento em Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0226 Investimento em Saúde												
AÇÃO: 1053 Aquisição de Veículos para FMS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						301		307.777,54	307.777,54	0,00
TOTAL AÇÃO:										307.777,54	307.777,54	0,00
AÇÃO: 1054 Aquisição de Materiais e Equipamentos Permanentes - FMS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						301		267.802,52	267.802,52	0,00
TOTAL AÇÃO:										267.802,52	267.802,52	0,00
AÇÃO: 1056 Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o Hospital Municipal												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						302		700.342,23	700.342,23	0,00
TOTAL AÇÃO:										700.342,23	700.342,23	0,00
AÇÃO: 1087 Equipamentos e Material Permanente para as ações do COVID-19												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						302		73.300,49	73.300,49	0,00
TOTAL AÇÃO:										73.300,49	73.300,49	0,00
AÇÃO: 2164 Combate ao vírus COVID - 19 - Hospitalar covid - 19												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						302		523.742,90	523.742,90	0,00
TOTAL AÇÃO:										523.742,90	523.742,90	0,00
TOTALPROGRAMA:										1.872.965,68	1.872.965,68	0,00

PROGRAMA: 0230 Assistência Farmacêutica												
AÇÃO: 2100 Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Básica												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						302		552.098,94	552.098,94	0,00
TOTAL AÇÃO:										552.098,94	552.098,94	0,00
TOTALPROGRAMA:										552.098,94	552.098,94	0,00

PROGRAMA: 0227 Promoção de Vigilância em Saúde												
AÇÃO: 2103 Ações Estruturantes de Vigilância Sanit.												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						304		384.742,97	384.742,97	0,00
TOTAL AÇÃO:										384.742,97	384.742,97	0,00
TOTALPROGRAMA:										384.742,97	384.742,97	0,00

PROGRAMA: 0245 Vigilância Epidemiológica									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0245 Vigilância Epidemiológica												
AÇÃO: 2104 Manut.de Prog.de Vigilância e Promoção da Saúde												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						305		251.178,40	251.178,40	0,00
TOTAL AÇÃO:										251.178,40	251.178,40	0,00
AÇÃO: 2105 Manut.e Func.de Programas de Vacinação												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
4	021800	10						305		61.594,62	61.594,62	0,00
TOTAL AÇÃO:										61.594,62	61.594,62	0,00
TOTALPROGRAMA:										312.773,02	312.773,02	0,00

PROGRAMA: 0122 Amparo Assistencial a Criança e ao Adolescente												
AÇÃO: 1028 Aquisição de Veículo para o Conselho Tutelar												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	020900	08						243		89.267,51	89.267,51	0,00
TOTAL AÇÃO:										89.267,51	89.267,51	0,00
AÇÃO: 2046 Manut.das Ativ.dos Cons.de Assit.Social												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	020900	08						243		16.068,17	16.068,17	0,00
TOTAL AÇÃO:										16.068,17	16.068,17	0,00
AÇÃO: 2047 Manut.e Func.das Ativ.Cons.Tutelar												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	020900	08						243		330.228,76	330.228,76	0,00
TOTAL AÇÃO:										330.228,76	330.228,76	0,00
AÇÃO: 2108 Amparo Assist.a Criança e ao Adolescente												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						243		12.497,46	12.497,46	0,00
TOTAL AÇÃO:										12.497,46	12.497,46	0,00
AÇÃO: 2121 Programa Criança Feliz												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						243		160.928,56	160.928,56	0,00
TOTAL AÇÃO:										160.928,56	160.928,56	0,00
AÇÃO: 2122 Programa Primeira Infância												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						243		116.679,78	116.679,78	0,00
TOTAL AÇÃO:										116.679,78	116.679,78	0,00
AÇÃO: 2123 Programa PAIF												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						243		68.840,79	68.840,79	0,00
TOTAL AÇÃO:										68.840,79	68.840,79	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0122 Amparo Assistencial a Criança e ao Adolescente												
AÇÃO: 2124 Programa Família Acolhedora												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						243		65.165,30	65.165,30	0,00
TOTAL AÇÃO:										65.165,30	65.165,30	0,00
AÇÃO: 2181 MANUT. DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
8	022000	08						243		25.000,00	25.000,00	0,00
TOTAL AÇÃO:										25.000,00	25.000,00	0,00
TOTALPROGRAMA:										884.676,33	884.676,33	0,00

PROGRAMA: 0120 Amparo Assistencial ao Idoso												
AÇÃO: 2106 Amparo Assistencial ao Idoso - FMAS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						241		24.102,25	24.102,25	0,00
TOTAL AÇÃO:										24.102,25	24.102,25	0,00
TOTALPROGRAMA:										24.102,25	24.102,25	0,00

PROGRAMA: 0121 Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência												
AÇÃO: 2107 Amparo Assist.ao Deficiente Físico FMAS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						242		16.960,84	16.960,84	0,00
TOTAL AÇÃO:										16.960,84	16.960,84	0,00
TOTALPROGRAMA:										16.960,84	16.960,84	0,00

PROGRAMA: 0126 Proteção Social Básica												
AÇÃO: 2109 Manut. do Prog.Piso Básico Fixo -CRAS												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						244		335.589,82	335.589,82	0,00
TOTAL AÇÃO:										335.589,82	335.589,82	0,00
AÇÃO: 2110 Serviço de Conv.e Fort.de Vínculos - SCFV												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						244		303.168,27	303.168,27	0,00
TOTAL AÇÃO:										303.168,27	303.168,27	0,00
AÇÃO: 2111 Manut.do Progr.Projovem Adolescente PBV I												
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC		VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
5	021900	08						244		48.204,47	48.204,47	0,00
TOTAL AÇÃO:										48.204,47	48.204,47	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0126 Proteção Social Básica									
AÇÃO: 2112 Manut.do Programa Piso Básico Variável PBV II							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							53.560,52	53.560,52	0,00
TOTAL AÇÃO:							53.560,52	53.560,52	0,00
AÇÃO: 2113 Implan/Manut. e Funcion.do Prog. CRAS Volante							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							47.311,80	47.311,80	0,00
TOTAL AÇÃO:							47.311,80	47.311,80	0,00
TOTALPROGRAMA:							787.834,88	787.834,88	0,00

PROGRAMA: 0127 Proteção Social Especial									
AÇÃO: 2114 Manut.do Piso Fixo de Média Complexidade PFMC							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							44.633,77	44.633,77	0,00
TOTAL AÇÃO:							44.633,77	44.633,77	0,00
AÇÃO: 2115 Manut.do Piso Variável de Média Complex. PETI							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							39.277,72	39.277,72	0,00
TOTAL AÇÃO:							39.277,72	39.277,72	0,00
AÇÃO: 2169 Manut. do Centro de Ref. Especializ. de Assi. Social - CREAS							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							110.781,11	110.781,11	0,00
TOTAL AÇÃO:							110.781,11	110.781,11	0,00
TOTALPROGRAMA:							194.692,60	194.692,60	0,00

PROGRAMA: 0128 Gestão da Política de Assistência Social									
AÇÃO: 2116 Manut. do Prog.Ind. Gest. Desc. IGD- BOLSA FAMILIA							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							235.308,08	235.308,08	0,00
TOTAL AÇÃO:							235.308,08	235.308,08	0,00
AÇÃO: 2118 Manut.do Progr.Índice de Gestão Desc. IGD SUAS							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							31.243,63	31.243,63	0,00
TOTAL AÇÃO:							31.243,63	31.243,63	0,00
AÇÃO: 2119 Manut.e Func.do Fundo Mun.de Assist. Social							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC
5	021900	08		244					
							391.158,86	391.158,86	0,00
TOTAL AÇÃO:							391.158,86	391.158,86	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ**

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA**Ano LDO: 2026**

PROGRAMA: 0128 Gestão da Política de Assistência Social						
			TOTALPROGRAMA:	657.710,57	657.710,57	0,00

PROGRAMA: 0141 Assistência à Família de Baixa Renda						
AÇÃO: 2051 BENEF. EVENTUAIS Doação de Enxovais à Gestantes Carentes				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
5	021900 08	244		11.998,73	11.998,73	0,00
			TOTAL AÇÃO:	11.998,73	11.998,73	0,00
AÇÃO: 2052 BENEF. EVENTUAIS Doação de Cestas Básicas à População Carente				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
5	021900 08	244		40.239,72	40.239,72	0,00
			TOTAL AÇÃO:	40.239,72	40.239,72	0,00
AÇÃO: 2053 BENEF. EVENTUAIS Doação de Urnas Fúnebres à População Carente				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
5	021900 08	244		104.338,20	104.338,20	0,00
			TOTAL AÇÃO:	104.338,20	104.338,20	0,00
			TOTALPROGRAMA:	156.576,65	156.576,65	0,00

PROGRAMA: 0129 Academia da Saude						
AÇÃO: 2166 Manutenção e Funcionamento da Academia da Saúde				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
4	021800 10	301		324.609,12	324.609,12	0,00
			TOTAL AÇÃO:	324.609,12	324.609,12	0,00
AÇÃO: 1089 Construção de Polo da Academia da Saúde				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
4	021800 10	301		543.042,14	543.042,14	0,00
			TOTAL AÇÃO:	543.042,14	543.042,14	0,00
			TOTALPROGRAMA:	867.651,26	867.651,26	0,00

PROGRAMA: 0130 Restaurante Popular Municipal						
AÇÃO: 1060 Construção do Restaurante Popular Municipal				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
1	021000 15	451		698.145,84	698.145,84	0,00
			TOTAL AÇÃO:	698.145,84	698.145,84	0,00
AÇÃO: 1061 Manutenção das Atividades do Restaurante Popular Municipal				VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO SUB	CATEC FRI FRG FRC FDET FSTN	CÓD.APLIC			
1	021000 15	451		163.927,60	163.927,60	0,00
			TOTAL AÇÃO:	163.927,60	163.927,60	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE GRAJAÚ

06.477.822/0001-44

RELATÓRIOS AUXILIARES - LDO

COMPARATIVO DA LDO COM A LOA

Ano LDO: 2026

PROGRAMA: 0130 Restaurante Popular Municipal												
AÇÃO: 1062 Aquisição de Equipamentos para o Restaurante Popular Municipal							VALOR LDO	VALOR LOA	DIFERENÇA			
ENTIDADE LOCAL	FUNÇÃO	SUB	CATEC	FRI	FRG	FRC	FDET	FSTN	CÓD.APLIC			
1	021000	15				451				275.917,75	275.917,75	0,00
TOTAL AÇÃO:							275.917,75	275.917,75			0,00	
TOTALPROGRAMA:							1.137.991,19	1.137.991,19			0,00	
TOTAL GERAL:							143.103.636,95	143.103.636,95			0,00	